



# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. FATOS, DIREITO, PROCESSO E PROVA</b> .....	15
2.1. FATOS E DIREITO .....	15
2.2. FATOS E PROCESSO .....	20
2.3. PROVA E DIREITO .....	25
<b>3. ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DA PROVA</b> .....	27
3.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	27
3.2. CONCEITO JURÍDICO DE PROVA .....	27
3.2.1. DOS VÁRIOS SENTIDOS DO VOCÁBULO <i>PROVA</i> .....	27
3.2.2. PROVA E VERDADE .....	32
3.3. OBJETO DA PROVA .....	46
3.3.1. PROVA DE FATOS E PROVA DE ALEGAÇÕES .....	46
3.3.2. OBJETO ABSTRATO E OBJETO CONCRETO DA PROVA .....	50
3.3.3. PROVA DO DIREITO .....	52
3.4. DESTINATÁRIOS DA PROVA .....	53
3.5. ÔNUS DA PROVA .....	55
3.5.1. ASPECTOS GERAIS .....	55
3.5.2. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA .....	57
3.5.3. ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CIVIL E NO PROCESSO DO TRABALHO .....	63

3.5.4. MOMENTO DA INCIDÊNCIA DAS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA .....	69
3.5.5. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA .....	70
3.5.6. INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ .....	72
3.6. FINALIDADE DA PROVA .....	85
3.7. DOS MEIOS DE PROVA .....	87
3.7.1. FONTES E MEIOS DE PROVA .....	87
3.7.2. MEIOS DE PROVA .....	89
3.7.3. MEIOS DE PROVA ADMISSÍVEIS NO PROCESSO CIVIL E NO PROCESSO DO TRABALHO .....	90
3.8. PROCEDIMENTO PROBATÓRIO .....	93
3.8.1. NOÇÕES GERAIS .....	93
3.8.2. FASES DO PROCEDIMENTO PROBATÓRIO .....	94
3.8.3. PARTICIPAÇÃO DAS PARTES NAS FASES DO PROCEDIMENTO PROBATÓRIO .....	100
3.9. VALORAÇÃO DA PROVA .....	101
<b>4. A PROVA COMO DIREITO .....</b>	<b>106</b>
4.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS .....	106
4.2. LIBERDADE E DIREITO À PROVA .....	107
4.3. A PROVA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 .....	110
4.3.1. O EXPRESSO RECONHECIMENTO DO DIREITO À PROVA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 .....	110
4.3.2. O IMPLÍCITO RECONHECIMENTO DO DIREITO À PROVA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 .....	111
4.3.2.1. DIGNIDADE HUMANA E DIREITO À PROVA .....	111
4.3.2.2. TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS E DIREITO À PROVA .....	113
4.3.2.3. PROCESSO E DECISÃO JUSTOS E DIREITO À PROVA .....	114
4.3.2.4. DIREITO DE DEFESA E DIREITO À PROVA .....	116
4.3.2.5. CONTRADITÓRIO E DIREITO À PROVA .....	117
4.3.2.6. VEDAÇÃO DA PROVA ILÍCITA E DIREITO À PROVA .....	121
4.3.2.7. DEMOCRACIA PROCESSUAL E DIREITO À PROVA .....	125

4.4. EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E DO PROCESSO E DIREITO À PROVA .....	126
4.5. DIREITO AO PROCEDIMENTO E DIREITO À PROVA .....	127
4.6. AINDA EM FAVOR DA EXISTÊNCIA DO DIREITO À PROVA .....	128
4.7. O RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO DIREITO À PROVA NA DOUTRINA E NOS DIREITOS NACIONAL E ESTRANGEIROS .....	130
4.8. CONTEÚDO DO DIREITO À PROVA .....	138
4.9. LIMITES DO DIREITO À PROVA. CERCEAMENTO DO DIREITO À PROVA .....	142
<b>5. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>146</b>
5.1. PROCESSO E CONSTITUIÇÃO. PROCESSO E DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS ..	146
5.2. DIREITOS HUMANOS .....	148
5.3. DIREITOS HUMANOS PROCESSUAIS .....	155
5.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	163
5.5. DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS .....	168
<b>6. A PROVA COMO DIREITO HUMANO E COMO DIREITO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>171</b>
6.1. ASPECTOS GERAIS .....	171
6.2. A PROVA COMO DIREITO HUMANO .....	172
6.3. A PROVA COMO DIREITO FUNDAMENTAL .....	173
6.4. A PROVA COMO DIREITO HUMANO E COMO DIREITO FUNDAMENTAL: CONSEQUÊNCIAS .....	176
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>189</b>

A reflexão proposta é justificada, principalmente, pela importância de preparar a flexibilização concreta dos direitos assegurados pela ordem jurídica. A tutela de um direito é realizada em dois momentos interdependentes e complementares, quais sejam: sua ambição pela ordem jurídica (tutela jurídica) e a sua realização

(1) O conceito de direitos humanos decorre da ideia de que há um problema e conjunto de valores compartilhados por diferentes culturas, independentemente.

(2) O conceito regular de prova.

(3) O conceito regular de prova.